



DESPACHO

Processo n.º 27/2018/INS/ASB

Demandante:



Demandados:



1. Em 17 de dezembro de 2018, a Demandante deu início a um processo arbitral neste Centro de Arbitragem, ao abrigo da convenção de arbitragem que consta do Contrato de Cessão de Exploração do Estabelecimento Comercial, celebrado com os Demandados em 8 de abril de 2018.

A convenção de arbitragem tem o seguinte teor:

“14. Resolução de Litígios

14.1 Todos os litígios emergentes deste contrato ou com ele relacionados serão definitivamente resolvidos por arbitragem de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (Centro de Arbitragem Comercial), por um ou mais árbitro(s) nomeado(s) nos termos desse Regulamento.

14.2 A arbitragem terá lugar em Lisboa, Portugal.

14.3 A língua da arbitragem será o Português.”

2. Devidamente citados, os Demandados apresentaram resposta em 18 de janeiro de 2019, tendo, entre outros, suscitado as seguintes questões:

- a) *Da revogação da convenção de arbitragem:* alegam os Demandados que o facto de a Demandante ter intentado uma providência cautelar junto do Tribunal Judicial tendo por objecto o mesmo litígio que veio posteriormente submeter a arbitragem, e os Demandados não terem



suscitado a incompetência do Tribunal Judicial para dirimir esse litígio, equivale a uma revogação da cláusula compromissória vertida no contrato em apreço pelas Partes contratantes;

- b) *Da falta de mandato:* invocam os Demandados que a peça processual que despoletou a arbitragem vem subscrita pelos Senhores [REDACTED] e [REDACTED], contudo a procuração que acompanha a sobredita peça não foi passada a favor deste último;
- c) *Do incumprimento do disposto no artigo 19.º do Regulamento de Arbitragem (RA):* sustentam os Demandados que a Demandante não deu cumprimento ao mencionado artigo e apresentou, desde logo, uma peça processual que denominou de “petição inicial” dirigida ao “Exmo. Senhor Árbitro”, pelo que conclui requerendo “o desentranhamento da peça processual junta aos autos, devolvendo-a à Requerente, com a indicação de que o mesmo deve dar cumprimento ao disposto no artigo 19.º do RA, dando-se, de seguida (e só depois de cumprido tal ditame), cumprimento ao disposto no artigo 20.º de tal Regulamento.”

3. Por requerimento apresentado em 31/01/2019, a Demandante exerceu o seu contraditório relativamente às questões acima mencionadas, sustentando, em síntese que:

- a) Relativamente à pretensa revogação da convenção de arbitragem, remete para o artigo 7.º da Lei de Arbitragem Voluntária;
- b) Sobre a falta de mandato, junta procuração que ratifica todo o processado e na qual constam os Mandatários subscritores;
- c) Quanto ao pretenso incumprimento do artigo 19.º do Regulamento de Arbitragem, sustenta que “todas as partes neste litígio sabem muito bem o que se discute, estando todos os pressupostos verificados para que o presente procedimento arbitral prossiga os seus termos.”



4. O Regulamento de Arbitragem consagra uma regra genérica de competência do Presidente do Centro para, sem prejuízo da competência jurisdicional exclusiva dos árbitros, decidir os incidentes que se suscitam até à constituição do Tribunal Arbitral (artigo 28.º).

5. Relativamente à primeira questão suscitada – da revogação da convenção de arbitragem –, estamos perante uma divergência das Partes da qual poderá resultar a competência ou incompetência do Tribunal Arbitral. Ora, é doutrina e jurisprudência pacíficas que sobre esta matéria vigora a regra da *Kompetenz-Kompetenz*: é o Tribunal que decide sobre a sua própria competência. Tal regra encontra-se consignada no artigo 18.º, n.º 1 da Lei da Arbitragem Voluntária, o qual atribui poderes ao Tribunal Arbitral para decidir da sua própria competência, envolvendo esses poderes o de apreciar a existência, a validade ou a eficácia da convenção de arbitragem. É ao Tribunal Arbitral que compete decidir, à luz das regras gerais de interpretação do negócio jurídico, as dúvidas que se suscitam sobre o sentido da convenção, nomeadamente sobre as regras do processo ou a eficácia da mesma.

Sendo esta uma questão da competência jurisdicional exclusiva dos Árbitros, há que concluir pela ausência de poderes do Presidente do Centro para sobre ela decidir, ainda que tenha sido suscitada antes da constituição do Tribunal Arbitral.

6. No que respeita à falta de mandato de um dos Mandatários da Demandante, a procuração junta com o requerimento apresentado em 31/01/2019, veio suprir a irregularidade apontada pelos Demandados, pelo que nada há a decidir pelo signatário.

7. Quanto à terceira questão suscitada, entende o Presidente do Centro de Arbitragem de que, por se tratar de uma peça processual – e, por isso, estarmos no âmbito da competência jurisdicional dos árbitros e não do signatário –, caberá ao Tribunal Arbitral a constituir a apreciação da mesma, pelo que se indefere o pedido de desentranhamento



da peça processual apresentada pela Demandante, determinando-se o prosseguimento do processo arbitral.

8. Atento o teor da convenção de arbitragem, e a falta de acordo das Partes quanto ao número de árbitros, o Tribunal Arbitral será constituído por árbitro único, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 2, do Regulamento de Arbitragem. Na falta de acordo das Partes também no que respeita à composição do Tribunal Arbitral, o árbitro único será designado pelo Presidente do Centro de Arbitragem Comercial (cfr. artigo 8.º, n.º 2, do sobredito Regulamento).

9. Por fim, após notificação para se pronunciarem sobre a eventual aplicação do Regulamento de Arbitragem Rápida ao presente processo, e em face da posição assumida pelas Partes – designadamente quanto à necessidade de apresentação de articulados após a submissão das peças iniciais [nos termos dos artigos 19.º, 20.º e 30.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento de Arbitragem] – não se afigura viável a aplicação do referido Regulamento, devendo o processo correr os seus termos segundo o Regulamento de Arbitragem que entrou em vigor em 2014.

Lisboa, 5 de fevereiro de 2019

O Presidente do Centro de Arbitragem Comercial

Prof. Doutor António Menezes Cordeiro